

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alexsandro Cardoso dos Santos ¹
Patricia Cristina Faria Bonani ²

RESUMO

Nos anos 90, deu-se início, no Brasil, movimentos que visavam a democratização da educação com a inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas em escolas do sistema regular de ensino. Diante deste contexto, o objetivo principal deste artigo é compreender a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais específicas, bem como a formação continuada de professores que atuam nas instituições escolares, para isso, o texto traz uma abordagem histórica referente a inclusão até o século XX, depois faz uma análise sobre a discriminação das crianças com necessidades educacionais específicas na sociedade atual, além de apresentar acordos internacionais e leis, decretos constituídos pelo Estado brasileiro a fim de promover a integração e posteriormente a inclusão nas escolas de ensino regular e diante disso apresenta algumas abordagens e propostas pedagógicas com estas crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Portanto, este trabalho, se desenvolve em uma abordagem qualitativa. Sendo resultado de uma pesquisa bibliográfica de diversos autores conceituados no campo da educação inclusiva e formação de professores como Mantoan, Oliveira, Cortella e Rodrigues, visando contextualizar a realidade da inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas em sala de aula de ensino regular. Por fim, concluímos a necessidade da formação continuada dos professores envolvidos no processo de inclusão destas crianças, pois, ainda há uma defasagem deste fator nas graduações de licenciatura e este processo aponta para a importância de um ambiente escolar onde deve haver trocas de experiências entre os pares.

Palavras-chave: Inclusão, Formação Continuada, Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A organização das sociedades, desde as suas origens, sempre excluíram pessoas diferentes, com deficiências ou necessidades específicas, discriminando-os, desrespeitando-os, tornando-os alvo de ações cruéis. A professora Anna Helena Moussatché

¹ Pós Graduado em Atendimento Educacional Especializado e graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Fundação Herminio Ometto - FHO; Professor de educação básica na rede pública municipal de Santana de Parnaíba - SP, alexsandro.card2018@gmail.com.

² Mestranda em Educação na linha de Trabalho e Educação, participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social - GEPECS, ambos na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Professora de inclusão escolar na rede pública municipal de Barueri - SP, patriciacfbonani@gmail.com.

do instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro confirma essa informação:

Há algumas referências em escritos religiosos, como o Talmud, que exime de qualquer responsabilidade essas pessoas doentes, enquanto as leis de Esparta e da Antiga Roma os condenavam à morte. Na Europa Medieval, a ambivalência de atitudes ora os condenava como enviados divinos, ora os condenou ao exílio, à fogueira, por serem criaturas malignas, em pacto com o demônio. Não obstante, neste período poucas foram as participações da ciência, de modo geral, médicos da época, como provam os poucos escritos encontrados até os princípios do século XIX. (MOUSSATCHÉ, 1997, p.10).

Na história da humanidade o pensamento e atitudes discriminatórias são evidentes, pois, recusar o diferente era mais fácil do que aceitá-lo devido aos impedimentos, questões religiosas e as aparências sem levar em consideração as potencialidades dos mesmos, porém a evolução é inegável, mesmo que lenta e com muitos impedimentos advindos de atitudes e ambientes que tirou as possibilidades de uma participação efetiva dessas pessoas em igualdade de oportunidade aos demais.

Com o tempo surgiram algumas ideias para modificar tal mentalidade e buscar incluí-los na sociedade, ações que impulsionaram políticas que legitimam a inclusão e buscaram resgatar o respeito humano, a dignidade, a igualdade e a democracia viabilizando o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade. Inicialmente temos como pedra fundamental a Declaração de Educação para Todos (1990) e em seguida a Declaração de Salamanca (1994), bem como documentos oficiais no Brasil que regulam e fundamentam a educação inclusiva. Todos estes documentos foram elaborados para reforçar que a pessoa com necessidades específicas é um ser de direitos e merece ser respeitado, devendo ter oportunidades iguais de acordo com suas características, habilidades e necessidades, além do acesso à educação, ao desenvolvimento pessoal e social, eliminando qualquer tipo de discriminação. No entanto, essas ações não foram suficientes para resolver a questão da inclusão, pois durante algum tempo muitas crianças ficaram a margem da sociedade mesmo antes de acessar uma unidade escolar, porque desde o seu nascimento ou a partir do surgimento de algum tipo de deficiência ou transtorno, ela sofreu algum tipo de discriminação ou exclusão.

Sabemos que os fundamentos teóricos metodológicos da inclusão escolar se centralizam numa concepção de educação de qualidade para todos e é necessário uma fundamentação teórica para o pleno atendimento. O respeito à diversidade e a preparação do profissional que atuará com esse educando seja de fato algo muito relevante para o atendimento de todas as crianças.

De acordo com as políticas públicas e as leis vigentes em nosso país, verbalizam com obrigatoriedade o atendimento dentro do sistema regular de ensino aos alunos com necessidades educacionais específicas e ou no financiamento de projetos institucionais que desenvolvam ações de inclusão desses educandos.

A educação inclusiva implica em um ensino aberto às diferenças e às necessidades individuais, os educadores que estejam habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. As dificuldades são grandes para alcançar esse objetivo, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto às crianças, não obstante, o que colocamos em discussão, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com esse público.

A LDB no artigo 59, reconhece a importância desse aspecto e assegura aos discentes, profissionais com especialização e capacitados para inclusão destes.

A escola pública, criada a partir dos ideais da Revolução Francesa como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo em nosso país inexoravelmente um espaço de exclusão _ não só de deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno ‘normal’. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar (GLAT, 2009, p. 18).

Apesar dos alertas e orientações preconizadas na Declaração de Salamanca (1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases (1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos (RODRIGUES, 2003).

Limitar a formação continuada dos docentes impacta profundamente o princípio inclusivo o que sem dúvida nenhuma acarretará um remendo futuro desta lacuna e obviamente elevará os custos públicos desse setor que poderiam ser evitados ou amenizados. Pensar nesses profissionais é entender a relevância da plena participação em cursos que os convidam ao debate da realidade e dificuldades onde atuam e que corroboram à reflexão de suas práticas visando a valorização da convicção de tal processo transformando as ideias teóricas em resultados concretos dentro de uma perspectiva que trabalhe a educação inclusiva ampliando o olhar para as diferenças com singularidade e diversidade a todos os alunos.

É constatado que nosso sistema regular de ensino é programado para atender aquele aluno “típico”, com bom desempenho psicolinguístico, motivado, sem problemas de

aprendizagem e oriundo de um ambiente sócio familiar que lhe proporciona estimulação adequada, porém, esse sistema mostra-se cada vez mais incapaz de lidar com o número de alunos que, devido a problemas sociais, culturais, psicológicos, genéticos e/ou de aprendizagem, fracassam no modelo típico de aluno e escola. Logo a justificativa da pesquisa se dá na busca pelo respeito à diversidade e a preparação do profissional que atuará com esses educandos seja de fato algo relevante, em especial do professor de sala comum, para o atendimento de todas as crianças, com ou sem necessidades específicas específicas.

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é compreender a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais específicas, bem como, a formação continuada de professores que atuam nas instituições escolares, tendo como objetivo específico, discutir a necessidade do processo formativo continuado para melhor atuação do docente com as diferentes necessidades educacionais específicas.

METODOLOGIA

Este trabalho se desenvolve numa abordagem qualitativa. Sendo resultado de uma pesquisa bibliográfica de diversos autores conceituados no campo da educação inclusiva e formação de professores, visando contextualizar a realidade da inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas em sala de aula de ensino regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de haver inúmeras discussões acerca da necessidade de uma formação para professores de base comum que atuam com crianças com necessidades educacionais específicas, pouco se foi feito ao longo do tempo, deixando educadores sem saída apenas levando a eles uma lei que deveria ser cumprida. Porém nas últimas décadas a formação continuada dos professores tem ganhado força com o fim das escolas especiais e a obrigatoriedade da criança na escola.

Para iniciarmos essa reflexão, vamos ilustrar essa ideia de formação diária ou contínua, com um trecho do diálogo entre os professores Mário Sérgio Cortella e Eugênio Mussak retirado do livro “Liderança em Foco”, neste trecho, percebemos que a formação do professor acontece numa ação gradativa e contínua:

Cortella – Aqui vale algo que eu gostaria de relatar. Não são raras as vezes em que alguém se dirige a mim – e provavelmente isso aconteça com você também, Mussak, pela sua capacidade de expressão – e diz: “Mas você é um orador nato”. Como ambos somos professores e também conferencistas, temos a tarefa de falar... Muita gente, supondo que nossa capacidade de falar é inata, completa: “Queria nascer como você”. Nessas situações, revelo que existe uma história por trás dessa capacidade (importante, aqui para caracterizar a ideia). Como é que vim falar bem? Sei que falo bem – e essa afirmação não é arrogância de minha parte, pois exerço essa profissão há 35 anos. Então isso é o mínimo que se poderia esperar depois de tanto tempo de prática.

Mussak – Se você não fizesse bem depois de tanto tempo... (CORTELLA; MUSSAK, 2009, p. 17)

As discussões em sala de aula da graduação ensinam muito sobre técnicas e teorias a serem utilizadas na prática, mas a didática e a reflexão sobre essa prática não pode ser desenvolvida fora do campo de trabalho, no entanto, este processo evolutivo depende da desenvoltura e competência de cada indivíduo, por isso as oportunidades desafiadoras que exigem muito esforço, tempo e planejamento para alcançar metas e objetivos é de suma importância para fomentar o processo de formação contínua ao longo deste caminho.

O modelo técnico e científico valorizou demasiadamente a produção técnica do professor, desconsiderando que o professor é um ser abstrato e que evolui dia após dia. A Professora Anna Augusta Sampaio de Oliveira, no livro “Um Diálogo esquecido”, completa:

Os professores, como divulgadores científicos dos conhecimentos reificados, possuem uma importância ímpar na elaboração conceitual dos alunos, uma vez que farão a interpretação dos conceitos provenientes de formas mais elaboradas e cuidadosas de pensamento. Embora, como qualquer outra pessoa, seu conhecimento seja formado a partir dos dois universos, o professor deveria apresentar maior clareza argumentativa, uma vez que ele terá o papel de transpor esse conhecimento para a sua prática cotidiana, além de transferi-lo para outras pessoas, entre as quais, os alunos. (OLIVEIRA, 2007, p. 24)

A práxis do professor deve estar voltada para a sua contínua formação, mas também para o seu aluno que é o termômetro da sua evolução profissional e assim de forma gradual possa transpor barreiras e criar condições para ambos evoluírem. E isso acontece quando o educador acredita no seu potencial, elabora trabalhos com seus pares, questiona a sua prática, busca nas referências teóricas respostas para esses questionamentos, e além dessas atitudes busca respaldo no projeto político pedagógico da escola e nos referenciais que norteiam as suas práticas. Deve estar na práxis docente os atos de explorar e elaborar atividades bem planejadas e pautadas dentro de uma pedagogia inclusiva sem adaptações que facilitem e que não desafie a aprendizagem e por consequência não promova o desenvolvimento do educando. O que deve ser almejado são resultados qualitativos e não quantitativos, além da

flexibilização curricular como estratégia possibilitando a equidade na construção das aprendizagens.

Ao falarmos de formação de professores nos deparamos com duas vertentes, temos a formação inicial e a formação continuada. A primeira é aquela que habilita o aspirante para o exercício do magistério. Já a segunda tem o objetivo de esmerar e atualizar os seus conhecimentos para prática da sua profissão e isto acontece com o professor em exercício.

A formação continuada de professores deve incentivar a apropriação dos saberes e trocas entre os seus pares, rumo à autonomia, que leva a uma prática crítico-reflexivo, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente. Desta maneira, o espaço de formação contínua será a escola e o conteúdo a sua prática partindo do princípio da teoria adquirida em sua graduação. O professor reflexivo será um investigador da sala de aula para formular suas estratégias que (re) constrói a sua ação pedagógica e a prática transforma-se em fonte de investigação, de experimentação e de indicações para sua formação.

É preciso defender um processo de formação de professores em que as escolas sejam concebidas como instituição essencial para o desenvolvimento de uma democracia crítica e também para a defesa dos professores como intelectuais que combinam a reflexão e a prática, a serviço da educação dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos e ativos, pois como afirma Libâneo (2004, p. 7), “não há reforma educacional, não há proposta pedagógica sem professores, já que são os profissionais mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem escolar.”

No livro, “A integração de pessoas com deficiência”, escrito por Maria Teresa Eglér Mantoan e Colaboradores revela uma idéia muito peculiar a este respeito:

A formação de professores para inclusão escolar de deficientes mentais não pode se restringir a fazê-los conscientes das potencialidades dos alunos, mas também de suas próprias condições para o desenvolver o processo de ensino inclusivo. Estas condições dizem respeito aos conhecimentos pedagógicos e aos domínios da metacognição, pois implicam no desenvolvimento da capacidade de auto-regular e de tomar consciência da atividade de ensinar, tais como planejar as aulas, ministrá-las e avaliar seus efeitos nos alunos. (MANTOAN, 1997, p. 123)

Vale insistir que a competência docente não é inata e neutra, mas sim, construída e inserida num tempo e espaço. O que significa afirmar que ela varia nos diferentes momentos históricos, estando sempre comprometida com uma camada ou outra da população, dependendo do nível da consciência dos educadores.

Apesar da inclusão escolar se centralizar numa concepção de educação de qualidade para todos, é necessário estudos para que esse entendimento seja pleno. Logo, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. Sabemos que muitos profissionais apresentam lacunas em suas formações, isso acontece por inúmeros fatores, e as trocas de saberes não são suficientes para sanar este problema. Uma intervenção formal, passa ser cirúrgica nestes casos e a Secretaria de Educação deve estar muito atenta a cada caso nas escolas de sua tutela, pois intervenções para esta situação que engloba toda rede não atende a diversidade que existe em cada escola. Os horários reservados para reuniões coletivas são bons momentos para tais formações.

Neste sentido o professor tem que deixar a rigidez de uma postura estática para uma flexibilidade móbil. Assim Cortella nos orienta que “mudar, no entanto, produz tensão. Uma tensão entre rigidez, que é o que se quer manter, e flexibilidade que é o que nos obriga a alterar a postura. É preciso ter flexibilidade em Educação e em qualquer outra esfera da vida”. (CORTELLA, 2014, p. 33)

Através desta ótica, é necessário fazer um mapeamento para identificar as diversidades e dificuldades na rede e promover uma formação continuada de acordo com as suas necessidades e características. Porém, isto é um trabalho árduo e que requer muita cautela visando ajudar os professores a reconhecer as lacunas e melhorá-las, propor melhores práticas em Educação voltadas para a sala de aula e motivar os mesmos para construir um espaço inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão não deve ser uma responsabilidade restrita apenas do Atendimento Educacional Especializado, mas uma ação conjunta entre este e todos que formam a comunidade escolar visando o objetivo de promover uma “educação para todos” como estabelece o princípio da Declaração de Salamanca e com base neste princípio atender o que nos determina a Carta Magna no artigo 206 “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”, no entanto, a inclusão de um aluno com necessidades educacionais específicas deve ser uma busca incansável para uma democratização do saber e de garantias como, os direitos humanos e oportunidades iguais a todos consagrando o exercício da cidadania até que não haja mais a exclusão, pois enquanto houver um excluído haverá a busca pela inclusão.

Desta forma, a educação inclusiva se caracteriza como uma possibilidade para qualquer aluno com dificuldades educacionais, visto que ele passa a ter oportunidades de convivência e trocas com outros alunos em uma sala regular ampliando o desenvolvimento de ambos, logo o professor é uma importante peça nessa engrenagem.

Portanto a necessidade da formação continuada dos professores envolvidos no processo de inclusão é fundamental, pois, ainda há uma defasagem deste fator nas graduações de licenciatura e este processo aponta para a importância de um ambiente escolar onde deve haver trocas de experiências entre os pares.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **O processo histórico de construção de um sistema educacional inclusivo no Brasil**. Projeto Escola Viva. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 22 ago. 2022.

_____. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

_____. **Declaração da Guatemala**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2022.

_____. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 31 ago. 2022.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2022.

CORTELLA, S. **Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

CORTELLA, M; MUSSAK, E. **Liderança em foco**. Campinas: Papirus, 2009.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro:Letras, 2009.



LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, Editora Senac, 1997.

MOUSSATCHÉ, Anna Helena. Diversidade e Processo de Integração. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér – **A integração de pessoas com deficiência : contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

OLIVEIRA, A. **Um diálogo esquecido: A vez e a voz de adolescentes com deficiência.** Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias, in: David Rodrigues (Org.) **Perspectivas sobre a Inclusão da Educação à Sociedade,** Porto Editora, Porto.